



Moção Pela Equidade na Monodocência

Trabalho igual, direitos iguais.

Defender a Escola Pública, proteger e valorizar a profissão docente e a carreira

Os educadores de infância e os professores 1.º Ciclo do Ensino Básico, reunidos em Tribuna Pública no dia 15 de junho de 2026, junto ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), denunciam a profunda injustiça e a desadequação do calendário escolar aplicado a estes dois níveis e ciclos de educação e ensino, claramente mais penalizador do que o definido para os restantes níveis de ensino.

Esta opção, desprovida de qualquer fundamentação pedagógica, traduz-se numa sobrecarga desproporcionada de atividades letivas para crianças e docentes, desconsiderando as especificidades da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Esta tomada de posição surge face à prolongada ausência de soluções por parte da tutela, que persiste em ignorar as legítimas reivindicações dos profissionais destes setores e a necessidade de assegurar condições de trabalho mais justas e adequadas às suas funções.

Num momento em que decorre a negociação da revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), o Ministério opta por avançar com medidas que desvalorizam a profissão docente e esvaziam o seu estatuto, não respondendo, também, aos problemas específicos do exercício em monodocência. Aos responsáveis políticos exige-se precisamente o contrário: a valorização da carreira, a melhoria das condições de trabalho e a garantia de tratamento equitativo para todos os docentes, independentemente do nível ou ciclo de ensino em que exercem funções.

Neste sentido, os educadores de infância e os professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico exigem respostas concretas relativamente à organização dos horários de trabalho, à fixação da componente letiva em 20 horas semanais, à aplicação do artigo 79.º do ECD nos termos propostos pela FENPROF, à redução da componente letiva pelo exercício de cargos e funções, à consagração de um regime de aposentação digno para todos os docentes aos 36 anos de serviço, sem penalizações, bem como à harmonização do calendário escolar, seguindo o que está estabelecido para os outros setores.

Assim, os docentes aqui presentes reafirmam o compromisso com a defesa da Escola Pública e pela valorização da Carreira Docente, assumindo a sua disponibilidade para prosseguir a luta sempre que necessário, em particular no âmbito da revisão do Estatuto da Carreira Docente, designadamente nas matérias relacionadas com a organização do tempo de trabalho e as condições de exercício da profissão, questões fundamentais para garantir uma educação de qualidade e o respeito pelos direitos destes profissionais.

Por fim, os docentes presentes nesta tribuna pública assumem o compromisso de participar nas lutas necessárias para a rejeição do pacote laboral e revogação das normas gravosas da legislação laboral e da urgente valorização do ECD, designadamente no que se refere à desigualdade de tratamento entre a monodocência e a pluridocência. Nesse sentido, a próxima luta é a concentração na Assembleia da República contra o Pacote Laboral no dia 18 de junho, pelas 13h30.

Pela equidade na monodocência, em defesa da profissão docente e da Escola Pública, a luta continua!

Lisboa, 15 de junho de 2026